

# DISCURSOS SOBRE A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM POSTAGENS DE DEPUTADOS FEDERAIS DO PSL NO *INSTAGRAM*: DA FORMAÇÃO DO OBJETO ÀS IMPLICAÇÕES NO ENSINO

Francisco Vieira da Silva\*  
Rafael Danrley Barra de Menezes\*\*

**Resumo:** Na perspectiva de Michel Foucault, busca-se analisar como a “ideologia de gênero” constitui-se em discursos políticos do Instagram, por meio de relações de saber-poder, e de que modo esses dizeres implicam nas políticas públicas e nas abordagens e debates sobre gênero e sexualidade no interior da escola. Para tanto, são analisadas quatro postagens na rede social Instagram de deputados federais que formam a base aliada do governo de Jair Bolsonaro, a saber: Chris Tonietto (PSL/RJ), Carolina de Toni (PSL/SC), Soraya Manoto (PSL/ES) e Filipe Barros (PSL/PR). Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo descritivo-interpretativo de natureza qualitativa. As análises apontam que a “ideologia de gênero” é construída como um objeto de discurso por meio de instâncias como a religião e a lei, as quais emolduram determinadas verdades, por meio de efeitos de saber-poder. Essas verdades, no funcionamento do discurso político na web, partem de grades de especificação que recortam a “ideologia de gênero” como uma prática predominantemente nociva para os valores familiares e, por isso, deve ser excluída do ambiente escolar. Além disso, foi possível averiguar que as relações de saber-poder, ancoradas na conexão entre religião e política, procuram governar moralmente os corpos e as sexualidades dos sujeitos em idade escolar.

**Palavras-chave:** Discurso. Gênero. Política. Ensino.

## DISCOURSES ON “GENDER IDEOLOGY” IN POSTS OF PSL FEDERAL CONGRESSPEOPLE ON INSTAGRAM: FROM OBJECT’S FORMATION TO TEACHING IMPLICATIONS

**Abstract:** In the Michel Foucault’ perspective, seeks to analyze how the “gender ideology” is constituted in Instagram political discourses through relations of knowledge-power, and how these sayings implies in public policies, approaches and debates about gender and sexuality within the school. Therefore, four posts on the Instagram social network of federal congresspeople that form the allied base of the Jair Bolsonaro government are analyzed, namely: Chris Tonietto (PSL / RJ), Carolina de Toni (PSL / SC), Soraya Manoto (PSL / ES) and Filipe Barros (PSL / PR). From a methodological point of view, this is a descriptive-interpretative study of a qualitative nature. The analysis point out that the “gender ideology” is constructed as an object of discourse through instances such as religion and law, which frame certain truths through the effects of knowledge-power. These truths, in the functioning of a political discourse on the web, starts from specification grids that outline “gender ideology” as a predominantly harmful practice for family values and, therefore, should be excluded from the school environment. In addition, it was possible to ascertain that the relations of knowledge-power, anchored in the connection between religion and politics, seek to morally govern the bodies and sexualities of school-age subjects.

**Keywords:** Discourse. Gender. Politics. Teaching.

## **Introdução**

“Ideologia de gênero é coisa do capeta”, bradou o presidente do Brasil no evento Marcha para Jesus, em Brasília, em agosto de 2019. O mesmo presidente asseverou, em dezembro de 2019, ao defender o cancelamento da TV escola: “Dinheiro público para ideologia de gênero”. “Ideologia de gênero é violência contra as crianças”, afirmou a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, num evento em Santa Catarina no mês de outubro de 2019. Em fevereiro de 2019, circulou em vários *sites* a notícia de que o governo Bolsonaro criaria uma comissão com o intuito de censurar questões que abordassem a temida “ideologia de gênero” no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de modo a defenestrá-la da prova, a qual promoveria a bandeira da comunidade LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Transsexuais, *Queer*), numa referência a um texto do ENEM de 2018 que explorou gírias dessa comunidade (linguagem do pajubá).

As falas destacadas têm sido a tônica da atual gestão do governo federal, assinalada pela ojeriza ao debate sobre gênero e sexualidade e, por conseguinte, à marginalização das dissidências de gênero. No entanto, essa problemática não surge agora, mas encontra eco em práticas e discursos que remontam às estratégias da Escola sem Partido, organização criada em 2004, cujo ápice chegou a ser projeto de lei, com o intuito de excluir ideologias da educação, especialmente as que se aproximam do espectro dos movimentos de esquerda. Associado ao avanço do neoconservadorismo no campo político, a ponto de se falar em “uma bancada evangélica”, esse movimento ganha força, tendo em vista que encontra adesão representativa no poder legislativo e, agora, executivo. Nesse sentido, a criação dos discursos sobre o “kit gay” e interferência de parlamentares religiosos na configuração do Plano Nacional da Educação (PNE), em 2014, parece flagrante para pensarmos em como essa pauta tem ganhado adeptos no campo político.

Convém esclarecer que tal movimento, de acordo com Miskolci e Campana (2017), ocorre em diversos lugares do mundo, notadamente na Europa e na América Latina, e a origem dessa ofensiva remonta há pelo menos vinte anos no seio da Igreja Católica. De acordo com os autores, em textos escritos pelo então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, posteriormente Papa

Bento XVI, esboçavam-se críticas aos avanços em matérias de direitos sexuais e reprodutivos, perfilados por meio da Conferência Mundial de Beijing (1994), na qual o conceito de gênero emerge como categoria analítica que busca escancarar as desigualdades entre homens e mulheres. Por meio desses textos, configura-se uma percepção a conceber a “ideologia de gênero” constitui um pensamento fechado e totalitário que desarticulava a noção de família nos moldes da tradição cristã. Na medida em que os estudos de gênero se associam à luta pelos direitos homoafetivos, a contraofensiva alia-se ao crescimento de setores evangélicos e se mune de estratégias que criam um verdadeiro pânico moral por meio do qual haveria uma conversão a comportamentos considerados doentios e desviantes, como ainda são categorizadas as condutas de gênero que distinguem da matriz heteronormativa.

Na campanha eleitoral de 2018, a suposta “ideologia de gênero” matizou a constituição do discurso político, seja por meio de declarações do presidencial Bolsonaro, seja no programa político, *jingles* e outras materialidades da propaganda eleitoral do pleito em questão. Ainda em processo de campanha, Bolsonaro enfatizou: “Se eu for presidente, ideologia de gênero vai deixar de existir”. Imbuídos de um discurso de proteção à família, outros candidatos seguiram esse mantra, a ponto de a problemática ser o que mais mobilizava o eleitor evangélico (HENRIQUE, 2018). Nesse sentido, a emergência dos discursos sobre a “ideologia de gênero” constituiu uma preocupação nuclear na escolha dos candidatos e dos partidos por sujeitos que se identificam com uma postura conservadora e religiosa, num processo eleitoral marcado pela proliferação de *fake news*, de perfis falsos nas redes sociais e de uma verdadeira guerrilha nas redes sociais digitais. A aprovação de projetos antigênero em câmaras municipais de diversas cidades do Brasil alinhou-se a essa missão de “desideologizar” o ensino e, com isso, assegurar a solidez da concepção tradicional de família e a inocência das crianças que embalam esses posicionamentos discursivos.

Nessa lógica, diversos candidatos vinculados ao Partido Social Liberal (PSL), ao qual Bolsonaro se filiou para disputar as eleições, produziram uma campanha eleitoral uníssona ao mantra de expurgar a ideologia de gênero da

escola e, no limite, de outras práticas que envolvem a comunidade LGBTQIA+, como a presença de trans no esporte, a adoção por parte de famílias homoafetivas, por exemplo, de maneira a propor uma verdadeira cruzada contra a “ideologia de gênero”. Considerando as mutações no âmbito do discurso político (COURTINE, 2008; SARGENTINI, 2012), a partir das redes sociais digitais, a exemplo do êxito da campanha digital de *Donald Trump* em 2016, podemos observar que, durante o processo eleitoral de 2018, os candidatos valeram-se de modo frenético das plataformas digitais como uma estratégia para alavancar as campanhas.

Para Goldzweig (2018), a atenção nas mídias digitais, diferentemente da televisão em que cada partido tem um determinado tempo no horário eleitoral, é engendrada pelas reações dos usuários aos posts, seja por meio de *likes*, comentários e compartilhamentos. No *Instagram*, isso ocorreu a partir da publicação de propostas de governo, de depoimentos de apoiadores, de posicionamentos pessoais a respeito de determinados temas, bem como da exibição das rotinas dos candidatos, por meio de fotos com familiares e a prática de atividades físicas, faz com que esses sujeitos se aproximem dos potenciais eleitores e paulatinamente destitua a seriedade e o tom solene com que o sujeito político se delineou ao longo do tempo. Além disso, é importante observar que essa peculiaridade permanece para além do pleito eleitoral, pois os candidatos que conseguiram ser eleitos continuam mantendo esse contato com os internautas, mostrando os bastidores das votações e dando satisfação ao público a respeito de suas pautas e projetos.

Tomando essa formação histórica como ponto de ancoragem, este artigo analisa quatro postagens publicadas por deputados federais eleitos pelo PSL na rede social *Instagram*. Muitos desses parlamentares, em função de rachas internos no partido, já não se identificam com a sigla e buscam assinaturas para a criação de um novo partido, denominado de Aliança pelo Brasil – capitaneado pelos correligionários do presidente Jair Bolsonaro. No entanto, os deputados ainda mantêm em seus perfis na rede social *Instagram* a vinculação ao PSL e é assim que são identificados no Portal da Câmara dos Deputados na *internet*. Partindo do pressuposto de que tais políticos levantam a bandeira antigênero

como um capital eleitoreiro, buscamos analisar como o objeto “ideologia de gênero” discursivamente constitui-se nas postagens do *Instagram*, por meio de relações de saber-poder, e de que modo esses dizeres implicam nas políticas públicas e nas abordagens e debates sobre gênero e sexualidade no interior da escola.

Para fundamentar as análises, recorreremos às teorizações de Michel Foucault a respeito do enunciado, do discurso, da formação discursiva, do saber, do poder e da construção da verdade e da sexualidade. Ponderamos que as discussões desse pensador francês mostram-se prodigiosas para pensarmos as práticas e os discursos do momento presente, marcado cada vez mais pelas disputas de narrativas e embates de verdade sobre os mais diversos temas.

No tocante à organização do artigo, o presente texto encontra-se delineado da seguinte forma: no tópico seguinte, discutimos alguns conceitos de Michel Foucault que são relevantes para o tratamento analítico aqui empreendido. Além disso, discutimos as singularidades dos modos de enunciar o discurso político na contemporaneidade. Posteriormente, analisamos o *corpus* selecionado, visando cumprir com o objetivo proposto e, encerrando as reflexões, o texto apresenta uma seção de intentos conclusivos.

## **1 Recortes da teoria foucaultiana**

Para pensarmos com Foucault práticas e discursos do momento presente, é importante retomar alguns conceitos que são basilares no cerne da nossa empreitada investigativa. Um dos principais diz respeito à noção de discurso, definida na obra *Arqueologia do Saber*, publicada originalmente em 1969. Nesse livro, o autor propõe as especificidades do método arqueológico, segundo o qual é possível analisar as diferentes regras que compõem os saberes e fazem emergir determinados objetos num dado tempo e lugar sem, contudo, valer-se de conceitos consagrados no campo da história como evolução, tradição, obra e continuidade. Conforme Foucault (2010), o discurso constitui uma prática que constrói os objetos de que fala e se forma por meio

de um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Nessa medida, a noção de enunciado é compreendida como o átomo do discurso, a unidade mínima de análise.

No processo de delimitação do enunciado, Foucault (2010) desenvolve um raciocínio por meio do emprego das negativas. Quer dizer, para saber o que é o enunciado, primeiramente é indispensável distingui-lo do que ele não é, mais precisamente de outras unidades como a frase, a proposição e os atos de fala. No tocante à frase, o autor destaca que o enunciado diferencia-se de tal categoria, porque não se pauta por caracteres gramaticais materializados, por exemplo, numa estrutura canônica de sujeito-ligação-predicado. Em relação à proposição, a principal distinção reside no fato de o enunciado não se reduzir aos critérios de verdade e falsidade os quais embasam a natureza das proposições no interior da lógica. As modalidades de existência do enunciado também são dissonantes da constituição dos chamados atos de fala (*speech acts*), na medida em que não se voltam para o exame das intenções do sujeito falante nem para a consideração das condições responsáveis pela efetivação ou não de um ato de fala. No entanto, o enunciado cruza diferentes domínios dentre os quais figuram-se a frase, a proposição e o ato de fala, porquanto o enunciado é uma condição para a existência dessas unidades.

Dessa forma, o enunciado é concebido como uma função formada pelas seguintes propriedades: i) referencial – refere-se às leis de possibilidade, quer dizer, regras de existência para que os objetos de discurso possam ser descritos, nomeados ou descritos, bem como às relações que podem ser afirmadas ou negadas; ii) posição de sujeito – não se trata de um sujeito gramatical em primeira pessoa nem o sujeito autor, mas uma posição que se assume diante de um certo discurso que se “[...] dispersa em várias cenas enunciativas, que o analista do discurso se encarregará de descrever” (FISCHER, 2013, p. 134); iii) domínio associado – diz respeito a uma rede enunciativa a qual o enunciado encontra-se ligado, seja em relação a enunciados anteriores ou aos que ainda serão produzidos; iv) materialidade repetível – o enunciado necessita de uma data, um local, uma substância, um aparato institucional que lhe dê suporte. Conforme Deleuze (2005, p. 21), “[...] os enunciados remetem a um meio

institucional sem os quais os objetos surgidos nesses lugares do enunciado não podem ser formados, nem o sujeito que fala de tal lugar”.

Já a formação discursiva recobre um conjunto de regularidades identificadas num regime de dispersão e se reflete nas escolhas temáticas, nos tipos de enunciação conceitos e nos objetos. Tal noção compreende as regras de formação das unidades, a seguir a formação dos objetos, das modalidades enunciativa, dos conceitos e das estratégias. Nosso foco deste estudo volta-se, prioritariamente, para a formação dos objetos e, por extensão, para a formação das modalidades enunciativas. Por isso, definimos, a seguir, como emerge a formação dos objetos e das modalidades enunciativas.

No que tange à formação dos objetos, Foucault (2010) frisa que é relevante descrever os regimes de existência de determinado objeto de discurso, o sistema através do qual os objetos de discurso puderam se justapor e se formar num dado campo enunciativo. Isso ocorre a partir dos seguintes procedimentos: i) superfícies de emergência – mostrar onde os objetos de discurso podem aparecer para serem nomeados, descritos e analisados; ii) instâncias de delimitação – determinar que instância é responsável pela nomeação e designação de um determinado objeto de discurso; iii) grades de especificação – inventariar os sistemas que permitem associar, repartir, agrupar e classificar os objetos de discurso.

Em relação às modalidades enunciativas, Foucault (2010) estabelece que é necessário interrogar os seguintes elementos: i) o estatuto do sujeito que fala – identificar qual é o *status* responsável por legitimar o dizer e torná-lo verdadeiro; ii) os lugares institucionais – indagar a respeito dos lugares aos quais os sujeitos acessam para legitimar seus discursos; iii) a dispersão das posições de sujeito – interrogar acerca da descontinuidade do sujeito em relação aos planos da fala, ou seja, ao fato de o sujeito se multiplicar em diferentes posicionamentos discursivos, considerando a heterogeneidade de estatutos e de lugares nos quais os enunciados se ancoram.

Esses estatutos e lugares institucionais estão matizados por relações de saber e de poder. De acordo com Foucault (1999, p. 27), “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo do saber, nem saber que não

suponha e não constitua relações de poder”. Pensando nessa relação bastante intrincada, Foucault (2010) analisa o saber como aquilo que pode ser dito no interior de uma prática discursiva, concebida como um conjunto de regras anônimas e históricas que dá condição de existência à função enunciativa. Conforme Deleuze (2005, p. 30), o saber “[...] tem por objeto as multiplicidades anteriormente definidas, ou melhor, as multiplicidades que ele mesmo descreve, com seus pontos singulares, seus lugares e suas funções”.

Já a analítica do poder, nas reflexões foucaultianas, ocorre por meio de um reordenamento da concepção de poder, antes compreendida como dominação, repressão e coação. As análises foucaultianas, ao contrário, reconhecem que o poder pode ser positivo, no sentido de produzir, de incitar os sujeitos a realizarem certos procedimentos e modular determinadas condutas. Foucault (1995) nega uma percepção de poder atrelada a uma figura totalizadora do Estado e da economia, ao propor que o poder perpassa todo o corpo social, no sentido de que emerge das microrrelações entre os sujeitos. Claramente, o autor não nega os efeitos do poder advindos das instituições estatais e econômicas, todavia o foco de análise do pensador francês vai além dessas entidades. Nos termos de Foucault (1995), o exercício do poder consiste em conduzir condutas e em ordenar a probabilidade. O poder, nessa ótica, é exercido sobre as ações dos sujeitos que levam a outras ações. Tais sujeitos devem ser livres para poder escapar, fugir e tangenciar as relações e poder através de estratégias de resistência. Seriam “homens livres”, os quais, segundo Foucault (1995), constituem sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, reações e modos de comportamento podem acontecer. Não há, portanto, relações de poder em regimes como a escravidão, porquanto os sujeitos são impelidos a obedecerem e as possíveis fugas e enfrentamentos encontram-se saturados. Nesses termos, Foucault (2007, p. 89) destaca: “[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”.

Para a análise das relações de poder, Foucault (1995) estabelece os seguintes pontos: i) sistemas de diferenciações – os quais possibilitam ação

sobre os outros a partir de mecanismos variados como as diferenças tradicionais e de direito, diferenças econômicas, diferenças de lugar nos processos de produção, diferenças linguísticas e culturais; ii) tipos de objetivos – que são perseguidos por aqueles que agem sobre as ações dos outros e podem se materializar em ações como manutenção de privilégios, abundância de lucros, exercício de uma função ou profissão, dentre outros; iii) modalidades instrumentais – designam os elementos por meio dos quais as relações de poder são exercidas, tais como a ameaça das armas, os efeitos das palavras, os mecanismos de controle, os sistemas de vigilâncias, dentre outros; iv) as formas de institucionalização – podem se multiplicar desde os dispositivos tradicionais, as estruturas jurídicas, os hábitos de instituições como a família, passando por lugares específicos e regulamentos e desembocando sistemas mais complexos com aparelhos variados de gestão e controle como o Estado; v) graus de racionalização – o funcionamento das relações de poder pode ser mais ou menos modulado a depender da eficácia dos instrumentos adotados. Para Foucault (1995), o exercício do poder perfila-se por meio de procedimentos mais ou menos ajustados, pois o poder não é um fato bruto, uma estrutura que se mantém ou que se quebra.

Pensando com Foucault (2008), os sistemas de poder estão intimamente relacionados à produção da verdade. O autor não enxerga a verdade como uma essência absoluta ou transcendental, mas como uma construção proveniente dos efeitos do poder. De acordo com os postulados foucaultianos, cada sociedade possui um regime de verdade, uma política geral da verdade corporificada nos tipos de discurso considerados verdadeiros, nos mecanismos e instâncias que permitem diferenciar os enunciados verdadeiros dos falsos, as diversas técnicas que são reconhecidas para a obtenção da verdade, bem como o estatuto dos que têm a função de dizer aquilo que funciona como verdadeiro. Para Foucault (2008), a economia política da verdade apresenta cinco características historicamente relevantes, quais sejam: i) a verdade é calcada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem e fazem circular; ii) está submetida a uma ininterrupta incitação econômica e política; iii) é objeto, de variados modos de consumo (a partir dos sistemas educacionais e das

mídias); iv) é produzida e veiculada, principalmente, a partir de técnicas de controle de aparelhos políticos ou econômicos; v) é foco de debate político e de confronto social.

Tais características deixam entrever que a verdade é “[...] deste mundo; é produzida nele graças a múltiplas coerções.” (FOUCAULT, 2008, p. 12). Dessa forma, o autor entende que a verdade compõe-se “[...] de um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição e circulação dos enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 14). No caso dos embates políticos em torno da “ideologia de gênero”, poderemos observar a produção da verdade na medida em que, ao se considerar o espectro da “ideologia de gênero” como um mal a ser erradicado, figura-se um conjunto de procedimentos que buscam regular esses discursos, determinando onde eles não devem circular, como no caso da escola, e na construção de um modelo imutável de família, o qual estaria ameaçado pelos debates em torno do gênero e da sexualidade.

Essa reflexão em torno do poder e da verdade leva-nos a ponderar, através das ressonâncias foucaultianas, como a sexualidade, na sociedade ocidental, passou a representar um elemento fulcral na construção da identidade dos sujeitos. Ou seja, como a verdade sobre a sexualidade foi capturada pelos sistemas de poder. De acordo com Foucault (2007), a sexualidade constitui-se, a partir de meados do século XVIII, como um dispositivo histórico no âmbito de uma ordem do discurso. Para propor essa reflexão, o autor distancia-se dos estudos históricos que atribuem um silêncio e uma repressão a respeito da sexualidade nos séculos XVIII e XIX e uma sucessiva abertura sobre o tema em meados do século XX. Essa seria a chamada hipótese repressiva, segundo a qual não se poderia falar sobre o sexo, dado que este era matizado pelo tabu e por uma moral religiosa preconizadora do recato e dos bons modos. Foucault (2007) contrapõe-se a essa hipótese, pois, segundo o autor, o aparente silêncio acerca da sexualidade constitui, na verdade, um efeito das tecnologias de poder que atuavam sobre a sexualidade a partir de uma vontade de saber. Esse silêncio seria o corolário de uma mecânica de poder que colocava o sexo em discurso sob a batuta de relações de saber-poder muito específicas responsáveis por institucionalizar a verdade sobre o sexo, por meio de

mecanismos como a pedagogia, a partir do exame da sexualidade da criança, a medicina e a economia, ao dotar a sexualidade de um caráter biologizante e construí-la como objeto de controle social dos nascimentos e administração do corpo populacional.

Segundo Foucault (2007), o dispositivo da sexualidade ergue-se a partir de quatro dispositivos estratégicos, quais sejam: i) histerização do corpo da mulher – o corpo feminino foi analisado como sendo saturado de sexualidade e posto em comunicação orgânica com o corpo social (por meio de uma fecundidade regulada), com o espaço familiar e com a vida das crianças, por meio de uma responsabilidade biológico-moral; ii) pedagogização do sexo da criança – manifestou-se na guerra contra a masturbação infantil, considerada perigosa, pois traria perigos físicos, morais, individuais e coletivos; iii) socialização das condutas de procriação – ocorreu mediante uma série de medidas que visavam regular a fecundidade dos casais, tendo em vista a germinação de um saber voltado à sexualidade do corpo populacional; iv) psiquiatrização do prazer perverso – deu-se a partir da esquematização de todas as anomalias sexuais, as quais deveriam ser corrigidas por uma série de tecnologias de poder.

Na formação do dispositivo da sexualidade, entrevemos, segundo estratégias de saber e de poder, a rede de estimulação dos corpos, “[...] a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 2007, p. 100). Ao delinear a formação desse dispositivo, Foucault (2007) o relaciona com o dispositivo de aliança, o qual, ainda que não tenha sido substituído pelo dispositivo da sexualidade, foi um pouco eclipsado em função de transformações sociais ocorridas em meados do século XVIII. Para o autor francês, o dispositivo de aliança funda-se sobre os sistemas de matrimônio, o desenvolvimento dos parentescos e a transmissão de nomes e de bens. Até o período setecentista, tal dispositivo ancorava-se sobre o proibido e permitido, o prescrito e o adulterado, sobre a reprodução das relações e da lei por meio da perpetuação do chamado “sangue azul” dos nobres, bem como da circulação das riquezas. Já o dispositivo da sexualidade não tem como propósito nuclear a reprodução,

senão o exame dos corpos de modo mais específico e o controle social de maneira mais global (FOUCAULT, 2007).

Vale insistir, a partir de Foucault (2007), que o dispositivo da aliança não perdeu sua razão de existência, pelo contrário, constitui um pilar sobre o qual o dispositivo da sexualidade ganhou corpo. Nessa lógica, a família emerge como uma instituição em que os dois dispositivos coabitam e, dessa maneira, parece-nos sintomático que seja a família, a despeito das inúmeras mutações por que passou nos últimos anos, um mecanismo tão reclamado pelos políticos alinhados à direita, cujos discursos analisaremos neste estudo. Para Foucault (2007, p. 102), “[...] a família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança”. Isso explica, pois, porque a família é, a um só tempo, capitalizada no interior do debate político e encorajada a cercear o prazer para dentro dos seus limites. Quer dizer, a família é objeto de discurso no âmbito da prática política, bem como é chamada a resguardar, no âmbito de uma lei privada ao espaço do lar, os tesouros da sexualidade, especialmente das crianças, ameaçada pela “ideologia de gênero” a qual se aloja em espaços exteriores, como a escola.

Conforme Foucault (2001), a sexualidade da criança constitui um elemento por meio do qual a família sólida, afetiva e substancial engendrou-se, mas que, ao mesmo tempo, revela-se uma espécie de arapuca no sentido de que a sexualidade infantil acaba revelando muito mais da sexualidade familiar, sempre vigilante, valorizada e sacralizada. Conforme Foucault (2001, p. 327), o sexo do infante foi “[...] um dos instrumentos de troca que permitiram deslocar a criança do meio de sua família para o espaço institucionalizado e normalizado da educação”. No entanto, essa relação não ocorre sem embates e lutas discursivas, conforme analisaremos no tópico seguinte, tendo em vista o modo como os dispositivos de poder capturam a sexualidade e emolduram modos de constituição dos sujeitos, por meio da produção de verdades. No caso da prática política, veremos que a construção de dizeres sobre a sexualidade é matizada por diversos procedimentos (FOUCAULT, 2009) que buscam controlar, organizar e distribuir os discursos.

Isso porque, de acordo com Courtine (2006), o discurso político é um discurso de memória que faz funcionar, por meio de um sistema de conservação do arquivo, uma rede difusa de enunciados já ditos e supostamente esquecidos, mas que retornam quando são reclamados. Consoante Courtine (2006, p. 88), “[...] há enunciados que permanecem em vigília, dos quais podemos até perder a memória, que, no entanto, não são dissipados, podendo reaparecer quando for preciso”. Nessa lógica, os dizeres em torno da “ideologia de gênero” na contemporaneidade podem ser associados a enunciados de outras temporalidades, tais como os discursos conservadores acerca da pátria, da família e da propriedade, fermentados pelos efeitos da revolução sexual dos anos 1960 e 1970. Decerto, esses enunciados voltam ressignificados, pois os tempos são outros, mas é fundamental compreender como certa guinada à direita no país e em outras partes do mundo tornam esses enunciados representativos setores da sociedade os quais reclamam um modo de governar atento a valores considerados tradicionais.

Para analisarmos esses posicionamentos discursivos, tendo em vista as postagens de deputados do PSL no *Instagram*, julgamos prudente assinalarmos algumas transformações no âmbito da fala pública, as quais denotam a natureza das materialidades a serem estudadas, cuja relação com as mídias sociais digitais é umbilical. Esse cenário dos dias que correm destoa frontalmente do modo de organização do discurso político de outros momentos da história. De acordo com Courtine (2003), o discurso político se espetacularizou, o que significa pensar que ele foi gradualmente sendo midiaticizado e, com isso, foi se (re)configurando em função das mudanças do homem político, da relação com as massas e dos recursos sociotécnicos empregados na comunicação política. Em relação ao homem político, Courtine (2003) destaca uma imbricação da esfera pública com o espaço privado. Disso decorre o fim do monólogo, de longos e rebuscados discursos dos antigos oradores e a aposta nas formas breves de comunicação.

Conforme Courtine (2003, p. 23), “Arcaica as formas longas, geradoras de aborrecimento, suspeitas de duplicidade, opacas, alusivas e mentirosas; modernas as formas breves, vivas e claras, na retórica despida, sua sintaxe

liminar”. Em relação às massas, o autor citado defende que, com o desenvolvimento das tecnologias massivas, cada vez mais as grandes aglomerações tendem a se dissipar e, com isso, o perfil do orador muda, pois não é mais a voz que é importante, senão a aparência por meio de uma relação que não é mais da ordem do corpo a corpo, mas da ausência. Com isso, o sujeito político preocupa-se com os gestos, a voz, a postura corporal e o cenário em que se encontra. Afirma Courtine (2008, p. 14) “Parece-me, portanto, que a fala pública foi progressivamente incorporada pelo irresistível apetite de crescimento do mercado e da ideologia que lhe subjaz, o consumismo”. Considerando que as condições sociotécnicas também mudaram, no sentido de que houve um processo gradual de modulação da fala pública por meio de tecnologias como o rádio, a televisão e, atualmente, a *internet*, torna-se flagrante pensarmos em como o discurso político foi sendo afetado à medida que os suportes que o fazem circular foi se modificando. Como corolário, temos, nas palavras de Courtine (2008, p. 17), “O campo da fala pública está atravessado, saturado por imagens nas quais percebemos, ao mesmo tempo, a força do seu impacto e a instantaneidade de sua obsolescência”.

Uma vez matizado pelas alegrias do *marketing* (DELEUZE, 2006), o discurso político apresenta um caráter compósito, pois deixa de ser apenas verbal e passa a contemplar outras semioses, como as imagens fixas ou em movimentos, os sons e os diversos usos languageiros existentes nos aplicativos digitais, como os memes, *gifs* e os chamados *deepfakes*, recurso que permite a manipulação de rostos e vozes humanos a partir de técnicas de inteligência artificial. Para Sargentini (2012, p. 110), o discurso político é “[...] expresso por uma diversidade de dispositivos materiais complexos como programas de governo, folders, *sites*, comícios, programas do horário gratuito de propaganda eleitoral, leis, produtos resultantes de apoio político nos quais é possível identificar o candidato”. Os usos das redes sociais digitais proporcionam ao sujeito político uma miríade de possibilidades, a partir de estratégias diversas, as quais permitem uma aproximação maior com os eleitores, por meio de encontros virtuais, comentários *online*, vídeos em *sites* como o *YouTube*, bem como a interação dos eleitores de um dado político por meio de grupos criados

nessas redes como o intuito de aproximá-los. É nesse entendimento que Sargentini (2015, p. 225, grifos da autora) afiança, “[...] a *web* permite o contato com muitos simultaneamente em um momento em que os candidatos políticos querem falar *ao povo e com o povo*”. Veremos, na seção a seguir, como esse processo ocorre.

## 2 “Ideologia de gênero” em discursos políticos na *web*: da formação do objeto às implicações no ensino

Conforme destacamos na introdução deste texto, o foco é analisar quatro postagens de deputados federais do PSL no *Instagram*, tendo como parâmetro as categorias descritas no tópico anterior, como discurso, enunciado, saber, poder, dentre outras. Escolhemos esses parlamentares, a partir da vinculação destes com o posicionamento adotado pelo presidente Jair Bolsonaro em relação ao espectro da “ideologia de gênero” que, em tese, consistiria no debate sobre gênero e sexualidade no espaço escolar. Desse modo, selecionamos uma postagem de cada um dos seguintes deputados: Chris Tonietto (PSL/RJ), Carolina de Toni (PSL/SC), Soraya Manoto (PSL/ES) e Filipe Barros (PSL/PR). A análise segue essa ordem e começamos pela postagem de Chris Tonietto (PSL/RJ), publicada ainda na época da campanha eleitoral de 2018, conforme figura a seguir:

**Figura 1:** Postagem de Chris Tonietto



**Fonte:** *Instagram* de Chris Tonietto

A postagem expressa na figura 1 constitui uma das propostas do programa de governo da candidata. Segundo podemos observar, na proposta de número oito, o foco é combater toda tentativa de implantação da ideologia de gênero. Levando em conta a escolha do verbo combater, de acordo com a posição que enuncia na postagem, a “ideologia de gênero” é categorizada como um dano à sociedade, na medida em que é alvo de forças que devem defenestrá-la. Além disso, o termo implantação, no âmbito de um regime associado, reporta-nos ao domínio da obrigatoriedade, do uso da força e da ausência de diálogo e, desse modo, tem-se uma posição para a qual a “ideologia de gênero” faz parte de um plano global de dominação, tramado pela esquerda. Disso o efeito de tentativas que devem ser combatidas. O enfoque gráfico (o uso do negrito) no termo ideologia de gênero realça que se trata de uma causa premente e de uma espécie de apelo aos eleitores que se identificam com a pauta conservadora. Isso é reiterado pela logomarca da deputada – uma parte da bandeira do Brasil com uma cruz na cor branca e pela fotografia da jovem candidata sorrindo busca construir um efeito de renovação política, de protagonismo juvenil, mas ao mesmo tempo de conservação dos valores cristãos e de bravura frente aos desafios que não de surgir. Para Leite (2019, p. 130), na base desses discursos, tem-se “[...] uma continuidade da argumentação sobre a existência de uma orquestração gay e feminista que defende a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família”.

Na legenda da postagem da candidata Tonietto, a posição de sujeito expressa uma preocupação nesse sentido, ao asseverar que: “Amálgama de ideologias anticristãs e revolucionárias, a ideologia de gênero é uma das maiores ameaças que sofrem o país” (CHRIS TONIETTO, 2018, *on-line*). Nessa medida, de acordo com esse posicionamento, é necessário frear os perigos causados pela “ideologia de gênero”, uma vez que ela desafiaria valores tradicionais e seu potencial revolucionário torna-se nocivo, principalmente porque “a implantação do seu ensino nas escolas brasileiras representa a destruição completa da decência, da moralidade e da saúde das gerações vindouras” (CHRIS TONIETTO, 2018, *on-line*). O tom superlativo adotado leva-nos a pensar em como, na construção do discurso político, instaura-se, por meio do domínio

associado, uma relação com dizeres e práticas concebidas como perigosas aos quais é preciso se opor. Tais práticas são exacerbadas, tendo em vista que a inserção da “ideologia de gênero” no campo do ensino poria em risco toda uma série de condutas, pautadas por uma moral, a ser conservada pelos que se comungam desse posicionamento.

Há, nesse discurso, o funcionamento de relações de saber, vinculadas à tradição cristã, e a efeitos do poder, provenientes do governo dos corpos e das subjetividades a partir dessas relações de que estão alinhadas ao regime de verdade da religião. A posição de sujeito da postagem continua afirmando que o ensino da “ideologia de gênero” desembocaria na “promoção de uma sexualidade precoce, do incentivo a orientações sexuais contrárias aos valores da grande maioria das famílias, da confusão acerca da própria identidade” (CHRIS TONIETTO, 2018, *on-line*). Tem-se, nesse enunciado, a instância de delimitação da religião que nomeia e designa a “ideologia de gênero” como um objeto de discurso. A partir de tal instância, vemos que a prática perniciosa necessária de ser combatida desenvolveria condutas inadequadas, pois desencadearia o estímulo à sexualidade e à comportamentos dissidentes de acordo com esse regime de verdade, bem como o despertar de uma crise identitária dos sujeitos em idade escolar.

Outro ponto a ser realçado nesse enunciado diz respeito à referência ao termo “maioria das famílias”. Tal menção, no esteio de um domínio associado, leva-nos a críticas constantes de setores conservadores da política frente aos tímidos avanços no âmbito dos direitos das minorias sexuais, como a legalização das instituições homoafetivas e a criminalização da homofobia. No posicionamento discursivo desse setor, paulatinamente órgãos do judiciário estariam encetando uma proteção desenfreada de uma minoria, em contraposição aos anseios e pontos de vistas de uma maioria, aqui concebida do ponto de vista numérico, que, *a priori*, seria contra tais conquistas, concebidas como privilégios. Uma fala de Jair Bolsonaro, num vídeo publicado em fevereiro de 2017, na cidade de Campina Grande/PB, na época deputado federal, é bastante reveladora. Segundo o político, “as minorias têm que se adequar para maioria”. Esse enunciado subsidia os dizeres presentes na postagem da

candidata Tonietto, uma vez que partilha de um mesmo posicionamento discursivo e, ao mesmo tempo, as mesmas leis que fazem emergir esse dizer: a insatisfação de uma maioria conservadora que se vê ameaçada frente ao reconhecimento jurídico de certos direitos e garantias voltados a determinadas minorias sexuais.

Ainda em relação à legenda da postagem de Chris Tonietto, vale destacar que a posição sujeito pontua as consequências da inserção da “ideologia de gênero” no espaço da escola: “pode levar crianças e adolescentes ao suicídio – e até de autoridade da transferência da família para o professor no que diz respeito à formação moral do indivíduo”. Nessa perspectiva, o debate acerca do gênero e sexualidade, encapsulado sob a insígnia “ideologia de gênero”, desencadearia conflitos existenciais tão intensos a ponto de provocar a morte autoinflingida, além disso faria emergir um desencontro de atribuições na formação moral do sujeito em relação a duas instituições capilares: a escola e a família.

Conforme discutimos no tópico anterior, de acordo com Foucault (2001; 2007), a família representa uma célula fundamental no funcionamento das tramas promotoras do dispositivo da sexualidade e na relação deste com o dispositivo de aliança. A existência desse pacto tácito, entre família e escola, conforme o posicionamento da candidata, estaria comprometida face às agruras da “ideologia de gênero”. Nesse sentido, Leite (2019, p. 130) pontua: “[...] o ideário da ‘ideologia de gênero’ tem sido usado para defender a manutenção de uma ordem hierárquica e desigual entre as pessoas em nome da defesa de crianças e adolescentes”. O ambiente escolar é, pois, construído como um lugar deletério, em que os docentes doutrinam os alunos com ideologias de esquerda e contrárias aos valores cristãos. Assim, não se pode dissociar a produção de verdades em torno da “ideologia de gênero” com duas forças sociais que surgem no momento presente, quais sejam a defesa de uma Escola sem partido e a legalização do chamado *homeschooling* (ensino domiciliar). No primeiro caso, teríamos o controle acerca dos posicionamentos políticos do docente, considerados quase sempre imprudentes; no segundo, haveria a abolição dessa figura, na medida em que o ensino domiciliar estaria sob a resguarda da família

e/ou profissionais de extrema confiança, os quais não representariam nenhum tipo de adversidade na formação das crianças e adolescentes.

Para finalizar a análise dessa materialidade, vejamos a parte final da legenda da candidata Chris Tonietto na postagem em estudo: “Comprometo-me a lutar, não apenas contra a aprovação, mas pela proibição explícita da ideologia de gênero em nossas escolas e universidades. #Foraldeologiadegenero” (CHRIS TONIETTO, 2018, *on-line*). A assunção de uma posição de sujeito político é acentuada nesta passagem, uma vez, que arrolados os danos que “a ideologia de gênero” pode causar, a candidata mostra-se disposta a mitigar quaisquer possibilidades de institucionalização dessa prática, seja no âmbito da recusa a projetos com esse viés, seja pela ótica da interdição (FOUCAULT, 2009) da “ideologia de gênero” nos espaços educativos. Essa posição é reiterada pelo uso da *hashtag*, aqui compreendida como uma superfície de emergência que faz com que o objeto de discurso “ideologia de gênero” seja descritível e analisável sob o escrutínio dos internautas que aderiram à causa levantada pela candidata no campo enunciativo da rede digital. Vemos, conforme Sargentini (2015), as reconfigurações contemporâneas do sujeito político no âmbito das redes sociais digitais, por meio de um contato mais direto com seus eleitores, de acordo com o que podemos observar na imagem da postagem, através das manifestações de apoio à bandeira levantada por Tonietto.

A segunda materialidade a ser estudada constitui uma postagem deputada federal Caroline de Toni (PSL/SC), em que ela se posiciona a respeito da “ideologia de gênero” na escola, respaldando uma postagem do Twitter do presidente Jair Bolsonaro, publicado no mesmo dia. Na materialidade, o presidente afirmava que teria providenciado ao Ministério da Educação (MEC) um Projeto de Lei (PL) para proibir a presença da “ideologia de gênero” no ensino fundamental.

**Figura 2:** Postagem de Caroline de Toni



**Fonte:** *Instagram* de Caroline de Toni

A postagem da parlamentar no *Instagram*, primeiramente publicada no *Twitter*, endossa o posicionamento do presidente da República acerca do potencial destrutivo da “ideologia de gênero” no esteio dos bancos escolares. Tendo isso em vista, assim como na materialidade anterior, a “ideologia de gênero” é constituída como um objeto de discurso sob a instância de delimitação da religião cristã, conforme podemos observar ainda na biografia do perfil de Caroline de Toni no *Instagram*: “Deus, pátria, família e liberdade. Advogada e mestre em Direito Público.” Esses termos convergem para o alinhamento político da parlamentar que, atualmente, é vice-líder do governo na Câmara. Nesse sentido, o regime de verdade em que se ancora o discurso da postagem constitui o modo de enunciar da religião cristã na sua imbricação no debate político. Pelas grades de especificação de que fala Foucault (2010), observamos que o objeto de discurso “ideologia de gênero” é inserido numa posição contrária a um ensino que seria considerado moralmente saudável, pois a deputada classifica a presença desse objeto na escola como sendo nefasta e, por isso, necessária de ser combatida via dispositivos normativos, como a lei. Conforme Miskolci (2018), a política no sentido lato, cuja prática engloba o debate, o confronto e a disputa de ideias, é escamoteada, quando pensamos nesse movimento de cruzada antigênero, porquanto, nas palavras do autor: “[...] se transmuda numa guerra que só pode terminar com a eliminação do adversário compreendido como um inimigo, no caso, uma espécie de doutrina enganosa a ameaçar a família brasileira” (MISKOLCI, 2018, p. 8).

O tom provocativo adotado pela posição que enuncia na postagem desafia a postura dos políticos de esquerda que querem impor a agenda da

“ideologia de gênero” para as crianças, na contramão de uma parcela significativa de adultos que rejeitam tal inserção. O dado estatístico que aparece na postagem é relativo a uma pesquisa realizada pelo Paraná Pesquisas, para o jornal Gazeta do Povo, cujos resultados sinalizaram que 87% dos entrevistados se posicionaram contrariamente, ao serem indagados com a seguinte pergunta: “A teoria de que uma pessoa pode escolher seu próprio gênero deve fazer parte currículo escolar?” (CASTRO, 2017). Certamente a pergunta direciona para um resultado negativo, na medida em que não contém, em seu teor, uma definição mais clara do que seria os estudos de gêneros, levando ao engodo segundo o qual os alunos teriam suas subjetividades afetadas ao sabor de escolhas deliberadas de gênero. Por outro lado, a pergunta é coerente para os discursos que constroem o pânico moral acerca do objeto de discurso “ideologia de gênero” e, nesse sentido, o dado estatístico funciona como um efeito de verdade ao apontar para o caráter exato do número e, em função disso, a maioria dos adultos que reprovam a inclusão da “ideologia de gênero”, por não estarem convencidos pelos interesses obscuros da esquerda. De acordo com Machado (2018, p. 13), “[...] a categoria gênero desenvolvida por acadêmicas feministas é utilizada como linguagem de política pública local pelas agências internacionais e é visto pela Igreja Católica e segmentos neopentecostais como um recurso ideológico que é pernicioso para a ordem social”. Portanto, a esquerda de que fala a posição de sujeito na postagem é tributária de um projeto de poder responsável por minar os valores considerados intocáveis, os quais estão representados no percentual de brasileiros que são desfavoráveis à proposta.

Importante considerar o funcionamento das modalidades enunciativas (FOUCAULT, 2010), dado que a informação de que Carolina de Toni é advogada e mestre em Direito Público a autoriza a ser reconhecida como um sujeito cujo dizer é credibilizado, em função do estatuto conferido para discutir sobre questões concernentes ao campo da lei. Esse aspecto, portanto, acentua a vontade de verdade dos posicionamentos acerca da “ideologia de gênero” e sua influência maléfica no campo do ensino. O apoio dos seguidores da deputada, revelados no quantitativo de curtidas e em alguns comentários na figura da postagem antes expressa, denota esse efeito de consenso acerca da

problemática tratada, ou seja, a escola precisa estar livre dos efeitos desastrosos da construção discursiva da “ideologia de gênero”. Não obstante, conforme nos lembram Brandão e Lopes (2018), gênero e sexualidade são categorias culturais e sociais, mas, pelos posicionamentos contrários à abordagem desses temas, trata-se de categorias naturais e “[...] o determinismo biológico dos corpos é reificado para fazer face às transformações corporais, sexuais e de gênero” (BRANDÃO; LOPES, 2018, p. 116). Outros enunciados aos quais a postagem de Carolina de Toni se liga pontuam o componente biológico como o único elemento determinante da sexualidade, por meio da referência aos cromossomos, bem como a uma motivação natural entre o significado de certas cores e as expressões de gênero. A fala da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, para quem, numa nova era em que o Brasil entraria a partir do governo Bolsonaro, “menino veste azul e menina veste rosa”, ergue-se por meio da vontade de verdade que insere a sexualidade somente sob o prisma biológico e aposta numa relação direta entre as cores e o binarismo menino/menina como as únicas possibilidades de reconhecimento do sexo.

A terceira materialidade a ser analisada constitui uma postagem da deputada federal Soraya Manato (PSL/ES), em que a parlamentar pontua a sua participação no sentido de barrar na Comissão de Educação da Câmara, um projeto de lei que continha defesa à ideologia de gênero. A postagem data de 24 de outubro de 2019 e o projeto a que alude a deputada foi proposto pelo deputado Ivan Valente (PSOL/SP) e tratava de elaborar um diagnóstico territorial que detalhasse os casos de violência de gênero, raça ou contra a população LGBTQIA+ e a prevenção em espaços escolares. Ainda que se tratasse de uma pauta que envolve segurança pública, área em que os parlamentares aliados do presidente consideram primordial, a referência ao termo gênero foi o suficiente para que a proposta fosse emperrada, pois, segundo os deputados do PSL, a “ideologia de gênero” estaria sendo impulsionada. A postagem de Soraya Manato segue esse posicionamento.

**Figura 3:** Postagem de Soraya Manato



**Fonte:** Instagram de Soraya Manato

Podemos observar na postagem que a posição de sujeito demonstra com veemência a adesão ao posicionamento antigênero, tendo em vista o uso de letras garrafais com o termo vitória, o qual supõe a existência de uma luta levada a cabo pela deputada e colegas de bancada, expresso, nesse caso, pelo uso do verbo na primeira pessoa do plural (“barramos”). Dessa maneira, o uso das redes sociais digitais funciona como espécie de vitrine por meio da qual o sujeito político é dado a ver na sua atuação como um agente público. A deputada mostra, portanto, para seus eleitores/seguidores que está cumprindo suas propostas de campanha, ao derrotar o projeto de lei adepto da “ideologia de gênero” que deturparia um determinado conceito de família, ainda que o uso esteja no plural. Incrustada no plano da lei, a “ideologia de gênero” é categorizada como um objeto de discurso sobre o qual é necessário manter em alerta. Portanto, barrar esse projeto é dar continuidade a uma agenda moral pautada em relações de saber-poder que buscam manter intacto o modelo de família da tradição cristã e a proteção a crianças e adolescentes, concebidos como sujeitos frágeis e dependentes em relação ao exercício da sexualidade. No enunciado da postagem, vemos a simbiose entre o funcionamento da imagem, ao fundo, com uma família nos moldes tradicionais e uma rachadura numa superfície de vidro que representaria a proteção sendo ameaçada pela “ideologia de gênero”, mimetizada pelo vidro quebrado, e o discurso de cumprimento de um dever do sujeito enunciador, ao declarar o êxito no

impedimento do projeto na Comissão de Educação na Câmara. Inclusive a cor da vestimenta da deputada colabora para fixação dos papéis de gênero, conforme propugnado alhures pela ministra Damares Alves.

Esse saber que se volta para necessidade de dar guarida a essa concepção de família e, como corolário, à infância, a qual está amedrontadas pelo espectro da “ideologia de gênero” repousa numa ideia segundo a qual, conforme Cotta e Pocahy (2018), as crianças são seres que não sabem o que estão fazendo, são incapazes de refletir sobre seus desejos e sensações, de maneira a carecer de um cuidado vigilante da família. É a partir desse regime de verdade que observamos o funcionamento dos discursos acerca da premência em fortalecer uma determinada percepção de família, a qual não corresponde aos índices sociodemográficos dos arranjos familiares do país. A postagem de Soraya Manato reforça essa posição, quando pensamos na atuação parlamentar da deputada e, de modo mais específico, a postagem aqui analisada. Vale salientar, ainda, que, conforme a postagem, projeto mascararia a “ideologia de gênero” a partir da relação com projetos já existentes no governo. O termo “gênero” tornou-se, tendo em vista a cruzada empreendida, uma palavra proibida a ser controlada por procedimentos que, consoante Foucault (2009), visam a interditá-la.

Baseando-se em Butlter (1997), Mikolsci (2018) compreende o gênero como uma “palavra perigosa”. Nesse enquadre, a guerrilha instaurada em torno do termo não equivale a uma luta semântica, mas uma ação coordenada contra o perigo advindo do aprendizado de mecanismos que possam garantir igualdade e autonomia para as mulheres. De igual modo, contraria a criação de uma cultura de respeito a diversas performances e identidades de gênero e eliminação das variadas formas de violência por que passam os sujeitos com sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade, deliberadamente reiterada na postagem de Soraya Manato e das demais aqui estudadas.

Para finalizar esse exercício analítico, temos a última postagem feita pelo deputado Filipe Barros (PSL/PR). Na ocasião, o parlamentar declarava seu repúdio a ações impetradas por movimento de defesa dos direitos sexuais junto

ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma lei municipal de Londrina/PR que proibia a “ideologia de gênero” nas escolas. Eis a postagem.

Figura 4: Postagem de Filipe Barros



Fonte: Instagram de Filipe Barros

Vejamos na materialidade que há um tom de pânico frente à ação de órgãos ligados aos movimentos de diversidade sexual junto à instância máxima do sistema judiciário brasileiro. Colaboram, para esse efeito, os dizeres em caixa alta e assinalados nas cores rosa e amarelo e o termo urgente que denota a gravidade da situação e a iminência do risco. A foto de uma criança de costas vestidas com trajes que remetem à cena *drag* e ao caráter performático de certas expressões de gênero aponta para o que pode acontecer se a presença da “ideologia de gênero” for legalizada. A menção aos ativistas como seres perigosos alinha-se a uma certa gramática de inteligibilidade dos movimentos antigênero: considerar detratores os que defendem a abordagem de gênero e sexualidade na escola. Trata-se de inimigos públicos que querem vencer no “tapetão”, a despeito da batalha travada pelo parlamentar na cidade e espalhar a ameaça para o país inteiro. Para Junqueira (2017, p. 28), a categoria política do sintagma “ideologia de gênero” ressurge no interior da Igreja Católica e se espalha pelos discursos de diversos dirigentes políticos e funcionam “[...] como poderosos dispositivos retóricos reacionários a promover polêmicas, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinadas a implementar legislações sociais ou pedagógicas”. O autor ainda afirma que tais legislações

podem “[...] contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos” (JUNQUEIRA, 2017, p. 28).

Vejamos que a “ideologia de gênero”, na postagem de Filipe Barros, é construída por um objeto de discurso cuja instância de delimitação repousa sobre o campo da lei. Nessa ótica, esse objeto é categorizado como sendo uma prática em constante litígio, num ininterrupto embate de relações de força: por um lado, o legislativo municipal de Londrina e, por outro, as organizações sociais que buscam derrubar o decreto dos vereadores. Desse modo, tem-se um embate de verdades sobre a criação o gênero, visto ora como uma prática a ser exterminada nas escolas, ora como um debate necessário, pois contempla reflexões relacionadas à cidadania e aos direitos humanos, já assegurados na legislação vigente e em vários tratados e organizações internacionais dos quais o Brasil faz parte. Nessa guerrilha discursiva, a escola é concebida ora como um espaço potencialmente danoso, ora como uma instituição em que deve primar o respeito às sexualidades dissidentes e a reflexão sobre o gênero como uma categoria cultural. No caso em tela, vemos que o espaço escolar é tratado como uma instância a ser diuturnamente vigiada, pois os interesses inescrupulosos dos defensores da “ideologia de gênero” tendem a desfigurá-la. No comentário da postagem de Filipe Barros, flagramos um posicionamento discursivo que imputa aos professores o papel de disseminadores da “ideologia de gênero”, pois estes deveriam estar preocupados com a qualidade do ensino ofertado.

A postagem de Filipe Martins, bem como as demais, fazem funcionar, por meio da materialidade repetível do *Instagram*, posições de sujeito que emolduram a “ideologia de gênero” como um objeto de discurso matizado pelo perigo e a afronta à moralidade cristã e, como consequência, condenam veementemente as abordagens de ensino que partilhem de tal prática, as quais devem ser cerceadas pelos mecanismos da interdição, da proibição e da denúncia. De acordo com essas posições, a “ideologia de gênero” seria um instrumento para a dissolução de valores da tradição cristã e de implantação de uma agenda a favor da conversão de alunos a comportamentos sexuais considerados inadequados ou mesmo ilícitos. Conforme Carrara (2015), a crítica

à “ideologia de gênero” volta-se tanto para as discussões sobre princípios da equidade de gênero no interior da escola, como para o reconhecimento da diversidade de gênero e de orientação sexual, a qual não deve receber qualquer tipo de preocupação por parte da instituição escolar.

## **Considerações Finais**

Este texto analisou postagens de deputados do PSL no *Instagram*, os quais compõem a base aliada do governo atual e se utilizaram do espectro da “ideologia de gênero” como um mal a ser erradicado, no esteio da campanha eleitoral de 2018 e o fazem diuturnamente na atuação parlamentar, conforme se pode constatar nas postagens desses deputados nas redes sociais. A análise permitiu-nos averiguar como a “ideologia de gênero” configura-se como um objeto de discurso e quais relações de saber-poder margeiam os discursos analisados. Dessa medida, vimos que a “ideologia de gênero” discursiviza-se como um objeto perpassado por instâncias que o delimitam como o modelo pretensamente paradigmático de família, a tradição cristã e o dispositivo da lei. Desse modo, as grades de especificação recortam a “ideologia de gênero” como uma prática predominantemente nociva para os valores familiares e, por isso, deve ser excluída do ambiente escolar. As relações de saber-poder que emolduram os discursos das postagens analisadas ancoram-se no regime de verdade da religião cristã, cujo saber se relaciona intimamente aos efeitos de um poder que busca regular os corpos e as sexualidades das crianças em idade escolar.

Vemos, portanto, as redes que fundam o dispositivo da sexualidade atuando de modo a reinserir o domínio do sexo sob o manto da família, entendida como o espaço seguro, ao passo que a escola se configura como um ambiente potencialmente insalubre na condução da moralidade conservadora. Pensemos, pois, na proposta de campanha antigênero de Chris Tonietto, no apoio irrestrito à fala de Bolsonaro sobre a proibição da “ideologia de gênero” no ensino fundamental, por parte de Carolina de Toni, na vitória sobre o impedimento do projeto supostamente a favor da “ideologia de gênero” comemorada por Soraya

Minoto e na indignação de Filipe Barros diante da ação de movimentos a favor da diversidade sexual no STF contra a aprovação de projeto antigênero em Londrina e constatemos como o sujeito político, tornado mais visível e imaginariamente mais próximo por meio das tecnologias digitais, desenha um embate cotidiano contra o fantasma da “ideologia de gênero” e, com isso, busca construir um ensino que seja apolítico, destituído de críticas à ordem social estabelecida e tida como natural e a-histórica. Trata-se de um ensino que vai na contramão dos próprios princípios democráticos que norteiam (ou deveriam nortear) as políticas públicas educacionais brasileiras. Ponderamos com Butler (2017) para quem, quando a violência e ódio tornam-se instrumentos da política e da moral religiosa, a democracia é ameaçada, tendo em vista que no coração dos regimes democráticos moram o respeito e a afirmação corajosa de nossas diferenças.

## **Referências**

BRANDÃO, Elaine Reis.; LOPES, Rebeca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação, **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 100-123, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28265>.

BUTLER, Judith. Contagious word: paranoia and “homosexuality” in the Military. In: BUTLER, J. **Excitable speech – a politics performative**. New York/London: Routledge, 1997. p. 103-126.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil, **Ilustríssima**, Folha de S. Paulo, 2017.

CAROLINA DE TONI. **Apoio a proibição da ideologia de gênero**. 3 set. 2019. Instagram: @carolinadetoni. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B2zDSZyAG8L/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CASTRO, G. A. Exclusivo: pesquisa mostra rejeição dos brasileiros à ideologia de gênero nas escolas, **Gazeta do Povo**, s.l., 2017.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo, **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, p. 323-345, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>.

CHRIS TONIETTO, **Notas sobre a ideologia de gênero**. 19 set. 2019. Instagram: @christonietto. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B3FVqAlAdG3/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

COTTA, Rafaela; POCAHY, Fernando. Escola sem partido e sua maldita benevolência contra uma suposta ideologia de gênero: afinal, do que as crianças precisam ser protegidas? In: POCHAY, Fernando.; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. (Orgs.). **Gênero, sexualidade e geração**: intersecções na educação e/m saúde. Aracaju: EDUNIT, 2018, p. 129-148.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006. 160 p.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. (Orgs.). **Análise do discurso**: herança, método, objeto. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 11-19.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia San'tanna Martins. São Paulo: Braziliense, 2005. 71 p.

DELEUZE, Gilles. Pós-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, p. 219-226, 2006.

FILIFE BARROS. **Atenção londrinenses...** 11 jul. 2019. Instagram: @filipebarros. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BoBvtGkAoJ3/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. (Org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013, p. 123-151.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. **Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999. 288 p.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no *Collège de France* (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2001. 247 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal Edições, 2007. 151 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal Edições, 2008. 174 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19. ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 51 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 244 p.

GOLDZWEIG, Rafael. Schmuziger. Por que devemos nos preocupar com a influência das redes sociais nas eleições de 2018? **El País**, 2018.

HENRIQUE, Guilherme. “Ideologia de gênero” é o que mais mobiliza eleitor evangélico, **DW Made for minds**, s.l. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ideologia-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-o-que-mais-mobiliza-eleitor-evang%C3%A9lico/a-45964108>. Acesso em: 10 abr. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. FURG, 2017, p. 25-52.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade, **Sex., Salud Soc.** Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”, **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n.2, p. 1-18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”, **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-14, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para uma genealogia do pânico moral contemporâneo, **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n.3, p. 725-747, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

SARGENTINI, Maria Vanice Oliveira. A Análise do Discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise; KOGAWA, João Marcos Mateus. (Orgs.). **Análise do Discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2012, p. 101-120.

SARGENTINI, Maria Vanice Oliveira. Discurso Político e redes sociais, **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v. 14, p. 215-232, 2015.

SORAYA MANATO. **Mais uma vitória para as famílias brasileiras...** 24 out. 2019. Instagram: @sorayamanato. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B4AB3nljhU5/>. Acesso em: 09 abr. 2020.

## **Notas**

\* Francisco Vieira da Silva é doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: francisco.vieiras@ufersa.edu.br.

\*\* Rafael Danrley Barra de Menezes é mestre em Ensino pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Assistente de Gabinete de Juiz do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). E-mail: rafaeldbarram@gmail.com.

Recebido em: agosto/2020.  
Aprovado em: setembro/2021.